

SÍNTESE SOCIAL

PANORAMA DO TRIMESTRE

No exame dos fatos que caracterizam, do ponto-de-vista social, os três últimos meses, um aspecto sobreleva de importância: o agravamento dos efeitos corrosivos do surto inflacionário em relação aos rendimentos fixos. A par do aumento desconcertante do custo da vida, assinala-se a crise do abastecimento, tanto mais grave quanto afeta, sobretudo, produtos de importância fundamental na dieta das populações brasileiras. Aspecto positivo a consignar: a relativa calma verificada, apesar da crise, nas relações entre o patronato e o operariado, principalmente no setor industrial.

A APRECIÇÃO da conjuntura social do último trimestre não se pode, infelizmente, estribar em quaisquer dados de estatística social, atualizados e plenamente fidedignos.

Como o demonstrou, mais uma vez, o I Seminário de Estatística, cujos debates e conclusões estão reproduzidos em documento recém-publicado,¹ existem nesse setor lamentáveis lacunas que apenas em parte serão preenchidas com o acôrdo celebrado entre a Secre-

taria-Geral do Conselho Nacional de Estatística e o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, e relativo à apuração do Registro Industrial. Muito resta ainda a fazer para conseguir o aproveitamento estatístico das demais fontes de matéria-prima de maior valor qualitativo, acumulada, sem qualquer utilização prática, particularmente as "relações dos dois terços" — verdadeira "mina de ouro" de informações sôbre o trabalho e o emprêgo. Não é, pois, de admirar que os dados estatísticos que se divulgam em algumas revistas sob o título pomposo de Conjuntura Social não contenham,

¹ *Anais do I Seminário de Estatística.* Instituto Roberto Simonsen. Confederação Nacional da Indústria. Rio de Janeiro, 1959.

na realidade, muita coisa capaz de lançar luz sobre a panorama social brasileiro. Assim, por exemplo, a avaliação dos rumos do mercado de trabalho baseia-se, às vezes, no cômputo dos anúncios de “procura-se” e “oferece-se”, estampados num jornal carioca.

Mesmo assim, na ausência de dados até elementares de estatística de trabalho e social, propriamente dita — como, aliás, também das indicações subsidiárias que nos possa, a rigor, proporcionar o recurso à pesquisa social, questão essa aflorada na parte final desta SINTESE — não nos parece impossível formular algumas observações e considerações, baseadas, em grande parte, no atento exame empírico, até intuitivo, das luzes e sombras da situação social do Brasil, no último trimestre de 1959.

MAL-ESTAR INFLACIONÁRIO,
AGRAVADO PELA CRISE DE
ABASTECIMENTO

Não há como fugir, de início, à referência ao fenômeno mais patológico do nosso panorama, isto é, aos efeitos corrosivos do surto inflacionário — ultimamente acelerado num ritmo aflitivo —, em relação a todos os rendimentos fixos: salários, vestimentos, benefícios periódicos (aposentadorias e pensões) das classes assalariadas, do funcionalismo público e dos demais grupos “baixos” e “médios” da pirâmide social.

Parecem, ultimamente, abandonados os projetos no sentido da introdução do salário móvel, como meio de defesa de todos os salários contra os efeitos prejudiciais da inflação, em vista das previsíveis consequências economicamente

nocivas daquele instrumento do intervencionismo salarial. Entretanto, continua intacta a razão de ser dos reajustamentos salariais — dentro ou fora dos acordos coletivos em benefício dos grupos colocados em escalões médios e altos do “fundo salarial”, de vez que se torna cada vez mais imperiosa a maior ampliação do leque salarial, excessivamente limitado pela ação niveladora do salário mínimo.

O aumento vertiginoso do custo de vida, que se processa numa proporção destituída, entre nós, de quaisquer precedentes, fica ainda consideravelmente agravado pela inesperada, e, em parte, objetivamente inexplicável, crise de abastecimento (carne, feijão, etc.). Além disso, anula, aos poucos, os efeitos do último e, em si só, considerável aumento das taxas de salário mínimo (Decreto de 24 de dezembro de 1958). Não pode passar despercebida a retração das vendas de vários artigos de consumo doméstico, fora dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, o que comprova a operação, numa órbita pessoal cada vez mais ampla, da famosa “lei Engel”, segundo a qual, quanto menores os rendimentos, tanto maior a parcela do orçamento que se destina à aquisição dos artigos de consumo alimentar, e *vice versa*.

AS RELAÇÕES ENTRE O PATRONATO
E O OPERARIADO

É à primeira vista surpreendente a relativa calma que, pelo menos aparentemente, “na superfície”, caracteriza — a despeito da aguda crise de consumo popular — as relações entre o patronato e o

operariado, principal vítima do desequilíbrio inflacionário entre a receita e a despesa nos orçamentos familiares.

São, com efeito, relativamente raros os dissídios coletivos de trabalho, e onde e quando surgem, quase exclusivamente por força de razões salariais, têm transcurso pacífico, sem degenerar, a não ser em casos excepcionais (por exemplo, greve dos marítimos, sobretudo da tripulação das embarcações a serviço de transporte na baía de Guanabara) em movimentos paredistas. As greves acusam, ultimamente — sobretudo em comparação com a situação na Argentina e nos Estados Unidos —, frequência, duração e gravidade acentuadamente limitadas.

Parece legítimo atribuir a responsabilidade pela paz social, em primeiro lugar, à estratégia moderada do sindicalismo trabalhista, cujo amadurecimento, a despeito das suas deficiências, que são de conhecimento de todos, parece demonstrar, com o tempo, certos progressos. Assim, por exemplo, a recente constituição do Conselho Sindical paulista, com apoio do Secretário de Trabalho estadual, Sr. PAULO MAZAGÃO, não levou, contrariamente às previsões de alguns grupos de empregadores, a perturbação nenhuma nas relações interclassistas. O patronato nacional manifestou, por seu turno, perfeita compreensão das legítimas necessidades e justas aspirações dos trabalhadores, aceitando, com frequência, suas reivindicações salariais ou até concedendo espontaneamente a elevação dos salários. Seria injustiça negar a ação exercida, nesse sentido, pelo Ministério

do Trabalho e seus órgãos estaduais, assim como o alcance das funções de conciliação e julgamento, desempenhadas pela Justiça do Trabalho.

COMO INTERPRETAR A FRAQUEZA DA AÇÃO SUBVERSIVA NO PANORAMA INDUSTRIAL?

O que pode causar espécie é a falta quase total de maiores tentativas de perturbação da ordem social na zona urbana e no setor industrial, por parte dos movimentos subversivos, ao passo que, simultaneamente — segundo as últimas informações dos centros rurais — se processa de um modo silencioso e disfarçado a sua infiltração nos campos, e isto não somente sob a forma de "Ligas Camponesas" como, mesmo, de clandestinos sindicatos dos trabalhadores agrícolas.

Não podemos deixar de admitir que a ostensiva abstenção dos grupos programaticamente revolucionários no sentido de maior fomento dos distúrbios — objetivo esse para cuja consecução poderiam, sem dúvida, explorar o material explosivo de pobreza e subalimentação, descontentamento e frustração, acumulado sobretudo nesses últimos anos — deve resultar das diretrizes do estado-maior do comunismo mundial. Tudo nos leva a crer, com efeito, que esse último atribui muito maior importância à defesa dos interesses da URSS — relacionados com o reatamento das relações com o Brasil — de que à luta proletária, cuja conduta implacável poderia ameaçar a execução daquele programa diplomático de Moscou.

ESTADO ESTACIONÁRIO DE EMPREGOS NO MERCADO DE TRABALHO INDUSTRIAL

Mais animadores aspectos parece apresentar, no período em exame, a situação no mercado de trabalho, evidenciada pelo mais seguro termômetro da febre desocupacional (ou, melhor, do equilíbrio entre os pedidos e as ofertas de trabalho) — isto é, os Inquéritos Econômicos mensais do IBGE. Não demonstram vulto apreciável de desemprego. Depois da regressão dos empregos na indústria, verificada nos anos de 1955 a 1957,² mantém-se estacionária a situação no submercado de trabalho industrial, a despeito de alguns retrocessos parciais: despedida de certos contingentes de operariado a serviço da indústria automobilística, piora de emprego na construção civil, impacto prejudicial da elevação das taxas de salário mínimo pelo Decreto n.º 45.106-A, de 24 de dezembro de 1958, que, todavia, não atingiu proporção correspondente aos sombrios prognósticos bastante comuns em fins de 1958.³

Cumprе ressaltar com satisfação a crescente atenção dispensada aos problemas, no passado muito des-

cuidados, de emprego, cujo estudo constitui ponto de partida natural para as eventuais providências construtivas da política nacional de mão-de-obra.⁴

DEFICIÊNCIAS DO INTERVENCIÓNISMO SEMI-ESTATAL E SEMIPRIVADO

Cumprе perguntar, a seguir, de que modo operam os diversos instrumentos da política social, pública e privada, chamados a minorar os aspectos mais alarmantes do pauperismo, inseparável da economia inflacionária e da crise de abastecimento.

Continua relativamente escassa a contribuição para esse fim da Previdência Social, cuja situação crítica, demonstrada em trabalhos anteriores publicados nesta revista,⁵ agrava-se cada vez mais. Revela-se absolutamente incapaz de organizar a assistência médica digna desse nome aos segurados e dependentes, que, contrariamente à opinião de alguns, constitui uma das suas principais finalidades. Graves ameaças pairam sobre o futuro, mesmo próximo, da Previdência Social. Será que à sua falência atuarial, que constitui, já há muito tempo, fato consumado, se seguirá realmente falência integral, econômica e financeira? Se não encontram repercussão desejável as vozes de alerta dos nossos mais

² Veja-se artigo intitulado "Mercado de Trabalho", no n.º 3 desta revista.

³ Convém relembrar as indicações dos referidos Inquéritos Econômicos do IBGE. Tomando-se a situação em 1955 como base do índice (=100), o número de operários na indústria nos estabelecimentos pesquisados foi igual, em 1957, a 94.7 e em 1958 a 104.4. Nos primeiros sete meses de 1959 mantém-se quase estável: I — 801.334, II — 801.999, III — 807.510, IV — 804.465, V — 798.698, VI — 797.236 e VII — 778.283.

⁴ Relatório do Conselho Nacional de Economia, artigos do Professor EUGÊNIO GUDIN (*O Globo*), estudos dedicados, respectivamente, a *Problemas de Mão-de-Obra no Brasil e Mercado de Trabalho no Comércio*, de autoria do Professor ESTANISLAU FISCHLOWITZ.

⁵ Veja-se SÍNTESE SOCIAL, n.ºs 1 e 2 da revista.

SINTESE SOCIAL

eminentes técnicos especializados em Previdência Social, mereceria exame, quer nos parecer, a eventual organização de uma missão atuarial da OIT, a ser levada a efeito no Brasil, e cujas conclusões, corroborando, de certo, a opinião dos peritos brasileiros, poderiam indicar o diagnóstico mais acertado e a terapêutica mais segura da aguda crise previdenciária.

Será que pode ser considerado plenamente satisfatório o rendimento dos quatro serviços sociais patronais da indústria e do comércio e da entidade em tanto socialmente congênere — embora divergente, do ponto-de-vista jurídico e de organização — a saber, o Serviço Social Rural?

Francamente, não nos parece. Os resultados do inquérito parlamentar, ultimamente realizado, com o fim de averiguar tôda uma série de fraudes e abusos, ocorridos em duas entidades regionais de um desses serviços, não afetam de modo algum a razão de ser dos serviços sociais patronais de caráter coletivo e institucional,⁶ nem podem servir para acusações generalizadas contra os mesmos. Evidenciaram, entretanto, a necessidade imperiosa de maior e mais rigoroso controle das atividades assistenciais e educacionais a cargo desses Serviços, com afastamento simultâneo dos aspectos prejudiciais de paternalismo e peleguismo patronal, que, de vez em quando, se fazem ainda sentir nos escalões mais baixos da sua estrutura.

⁶ Veja-se o estudo intitulado *Serviço Social do Comércio e o panorama social contemporâneo*.

BANCO DA PROVIDÊNCIA: CONQUISTA BENÉFICA DA POLÍTICA SOCIAL LIVRE

Nessas condições, cabe papel de grande importância as realizações da política social voluntária e livre, extensivas aos serviços sociais individuais da órbita empresarial, que, ultimamente, manifestam progressos espontâneos, dignos de maior relêvo.

A mobilização, na maior escala possível, para fins de amparo social, dos recursos particulares, dentro do espírito de genuíno humanitarismo cristão, resultará, com tôda certeza, da magnífica iniciativa de Dom Helder Câmara no sentido da constituição do Banco da Previdência.

O panorama brasileiro comprova plenamente o acerto da doutrina católica, oposta ao monopólio do intervencionismo social estatal e favorável à maior expansão das obras de bem-estar, baseadas em forças motrizes de amor fraternal, caridade e solidariedade cristãs e de justiça social comutativa e distributiva.

ATRASO NA OPERAÇÃO NORDESTE

A Operação Nordeste, lançada pelo Governo da República há mais de um ano, pleiteada e apoiada nos Encontros dos Bispos do Nordeste e acompanhada pela excelente análise doutrinária das suas bases e finalidades, nos debates do Seminário de Garanhuns (abril-maio de 1959), lamentavelmente não acusa, no decorrer do último trimestre, progresso algum.

Muito pelo contrário. A amplitude desse poderoso instrumento de combate à pobreza na área mais

subdesenvolvida dêste Hemisfério parece fadada a sofrer considerável limitação, com a inexplicável exclusão de seu âmbito — conforme iniciativa em curso no Congresso — do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas.

40.º ANIVERSÁRIO DA OIT

Cabe consignar aqui a passagem do quadragésimo aniversário da Organização Internacional do Trabalho, assinalada no período sob exame, e festejada no Brasil, um dos mais fiéis países-membros dessa importante organização internacional de progresso social. A data de 24 de outubro deveria, aliás, dar ensejo a uma revisão criteriosa das nossas relações com a OIT, para tirar das mesmas as maiores vantagens práticas — por exemplo, quanto à defesa da nossa economia agrária, ameaçada pelo *dumping* social africano —, pois o balanço real da nossa cooperação social internacional continua extremamente deficitário.

REFORMAS SOCIAIS NO CONGRESSO NACIONAL

Não se pôde registrar, nesses últimos três meses, no plano legislativo, nenhuma reforma social. Se a marcha ascensional do reformismo está quase paralisada nesses quatro anos, isto é, desde a criação do Serviço Social Rural, não seria de bom alvitre esperar o reinício dos trabalhos legislativos nesse sentido, com razoável probabilidade de êxito, no período turbulento pré-eleitoral, com o inevitável incremento da demagogia peculiar a tal fase da vida política.

De acôrdo com as nossas previsões, foram lentos os progressos, no Senado, do projeto de lei orgânica, aprovado de afogadilho, sem exame amadurecido, em dezembro de 1957, pela Câmara dos Deputados, e que deve ser, de qualquer modo, alterado mediante a adoção de, aproximadamente, cem emendas, já mais ou menos coordenadas. Parecem-nos, aliás, ilusórias as excessivas esperanças, sempre perigosas, nutridas nos meios sindicalistas quanto aos resultados diretos, supostamente lisonjeiros do ponto-de-vista social, da aprovação dêsse diploma legal, que, por si só, não poderá tampouco contribuir para restabelecer o equilíbrio de nossa Previdência. Em suma, no projeto ora em curso no Senado há muita coisa nova e interessante. Infelizmente, o que é interessante — não é novo; e o que é novo — não é interessante.

Muita atenção concentrou em si, com tôda razão, outro projeto que está tramitando no Senado, isto é, a lei de greve. A redação consubstanciada no projeto 24/58, manifestamente inaceitável, dados os graves riscos que encerrava com relação à paz social, vem sendo, felizmente, substituída no Senado pelo texto de "lei Jefferson Aguiar", incomparavelmente superior. Apenas em alguns pormenores (comissões de greve, anistia, indenização aos grevistas, pagamento em dôbro aos demitidos, etc.) parece ainda merecer certa reconsideração.

A solução final dessa questão deve ficar equidistante do extremo das reivindicações operárias, visivelmente excessivas, de início, como das atitudes retrógra-

SINTESE SOCIAL

das de alguns grupos patronais — felizmente não compartilhadas pelas organizações representativas de cúpola —, que pleiteavam a transformação da greve em mero instrumento de “cumprimento das decisões da Justiça do Trabalho”.

REALIZAÇÕES BENÉFICAS NO SETOR DE PESQUISA SOCIAL

Dada a precariedade, acima focalizada, da estatística social, assumem papel de grande importância os trabalhos de pesquisa no meio das classes economicamente débeis e socialmente dependentes. Podem ser postas em relêvo várias realizações benéficas, nesse particular, de data mais recente:

1. Dentro das atividades do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, o iní-

cio da Pesquisa da Mobilidade e Estratificação Social no Rio de Janeiro, infelizmente não escoimada de alguns defeitos técnicos.

2. No programa de ação do Grupo de Economia e Humanismo: a) Levantamento dos níveis de vida sociais e econômicos do Nordeste; e b) Pesquisa das Favelas na Capital da República.

3. Dentro do âmbito do Serviço Social da Indústria (Divisão de Estudos e Planejamento): a) Pesquisa das condições sociais da construção civil no Distrito Federal; b) Organização do Seminário a ser dedicado aos problemas do Norte do Brasil; e c) Estudos iniciados com o fim de averiguar as condições sociais da produção carbonífera.

São, todos êsses, trabalhos de indubitável valor técnico.